

EDUARDO GIANNETTI

O elogio do vira-lata e outros ensaios

Obras do autor publicadas pela Companhia das Letras

Vícios privados, benefícios públicos?

Autoengano

Felicidade

O mercado das crenças

O valor do amanhã

O livro das citações

A ilusão da alma

Trópicos utópicos

Copyright © 2018 by Eduardo Giannetti

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Kiko Farkas e Gabriela Gennari/ Máquina Estúdio

Preparação

Márcia Copola

Índice onomástico

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen T. S. Costa

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Giannetti, Eduardo

O elogio do vira-lata e outros ensaios / Eduardo Giannetti. —
1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

ISBN 978-85-359-3124-2

1. Ensaaios brasileiros 2. Filosofia I. Título.
18-15273 CDD-199.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Ensaaios filosóficos brasileiros 199.81

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

Prefácio.....	7
---------------	---

PRIMEIRA PARTE: ENREDOS BRASILEIROS

1. O elogio do vira-lata (2018).....	13
2. O paradoxo do brasileiro (1993).....	40
3. Igualdade de quê? (2014).....	53
4. A obsessão educacional (1997).....	56
5. Capital humano e desenvolvimento (2008).....	62
6. O planeta ideal de Mangabeira (2008).....	67
7. <i>Verdade tropical</i> (1997).....	71
8. A cultura brasileira no século XXI (2012).....	76
9. Agostinho da Silva, semeador de vida (2017).....	90

SEGUNDA PARTE: DISPERSOS LITEROMUSICAIS

10. Por que ler Aristóteles hoje (2005).....	109
11. Como vencer o canto das sereias? (2013).....	117
12. Um prefácio para <i>Dom Casmurro</i> (2001).....	121
13. <i>Leite derramado</i> (2009).....	134
14. A genialidade de Mozart (2006).....	137
15. Os concertos para piano de Mozart (2012).....	148

16. J.S. Bach: <i>Partita II</i> para violino solo (2006)	152
17. A possibilidade do fiscalismo (2011)	155

TERCEIRA PARTE: FILOSOFIA ECONÔMICA

18. Comportamento individual: alternativas ao homem econômico (1989)	181
19. A psicologia do agente econômico em David Hume e Adam Smith (1994)	216
20. Os sentimentos morais de Adam Smith (2000)	239
21. O capital humano na filosofia social de Marshall (1992)	244
22. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico (1996)	281
23. O outro Hayek (1992).....	306
24. A riqueza e a pobreza das nações (1999)	314
25. Economia e felicidade (2001).....	325
Índice onomástico.....	339

Prefácio

Este livro reúne 25 textos escritos entre 1989 e 2018. Com a exceção de dois deles, todos os outros foram previamente publicados. Os ensaios inéditos são “O elogio do vira-lata”, sobre o “complexo de vira-latas” que desde a nossa origem ensombrece a condição de ser brasileiro, e “Agostinho da Silva, semeador de vida”, sobre as ideias do filósofo e educador português e sua visão de futuro para os países de língua portuguesa e o Brasil em particular.

A origem dos textos é dupla. Alguns nasceram de convites e sugestões feitos por editores, curadores de seminários, veículos de mídia e organizadores de coletâneas, aos quais aqui agradeço, ao passo que outros foram escritos por iniciativa própria e então oferecidos à publicação. Em todos os casos — e com especial ênfase nos artigos de cunho universitário-acadêmico da terceira parte —, os textos foram submetidos a uma revisão mais ou menos abrangente de estilo e linguagem. Em nenhum caso, porém, isso acarretou mudança substantiva de conteúdo.

A temática e o estilo dos textos é heterogênea, mas o critério de seleção dos ensaios obedeceu a um único princípio: o potencial de dialogar com o presente. Eliminei tudo que julguei por demais referido a circunstâncias, temas e conjunturas datadas, e incluí apenas os textos que me pareceram aptos a dizer coisas que de algum modo precisam e merecem ser ditas ou, ao menos, me importa ainda dizer. Como atenuante da decisão de enfeixá-los em livro, invoco as palavras do poeta inglês Alexander Pope: “Por aquilo que publiquei,

só me resta esperar ser perdoado; mas, por aquilo que atirei ao fogo, eu mereço ser elogiado”.

A coletânea divide-se em três partes. “Enredos brasileiros” aborda temas e problemas da vida brasileira, tendo como fio condutor o desafio da construção prática e simbólica de uma nação à altura dos nossos sonhos e anseios. Em “Dispersos literomusicais” estão agrupados, à maneira de um *intermezzo*, ensaios assumidamente ecléticos e diletantes sobre temas que vão de Aristóteles a Mozart e de *Dom Casmurro* às implicações éticas dos avanços recentes em neurociência. “Filosofia econômica”, por fim, reúne artigos de cunho acadêmico na área em que, por mais de trinta anos, dediquei-me à docência e pesquisa na Universidade de Cambridge, na Universidade de São Paulo e no Insper São Paulo: a filosofia e a história do pensamento econômico.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.” Quase três décadas separaram o primeiro do mais recente escrito desta coletânea. Ao revisitá-los depois de tão largo intervalo, tive a nítida sensação de que o arco cronológico dos textos era também o relato involuntário de uma trajetória: o meu processo de readaptação — ou retropicalização — depois de uma longa e profunda imersão de sete anos de estudos ao abrigo da torre de marfim do St. John’s College, na Inglaterra, nos anos 1980. Estive a ponto de me tornar um scholar à moda inglesa, especializado no iluminismo escocês. Vocação de erudito, talvez tivesse alguma; emigrar do Brasil, jamais.

Não houve propriamente uma ruptura — em nenhum momento me converti ou desconverti de nada. O que a trajetória revela é, antes, um movimento de progressiva reorientação dos meus objetivos e centro de gravidade intelectual desde o reinício da aventura brasileira na Faculdade de Economia da USP em 1987. Enquanto os papers da terceira parte refletem os esforços e preocupações de um jovem professor-pesquisador inserido no mundo acadêmico e cioso da “modernização” do Brasil, os da primeira traduzem as inquietações e aspirações que hoje me são caras. Não me arrependo nem me orgulho de haver mudado. Reconheço, apenas, que mudei.

É difundida a crença de que a idade nos torna conformistas, céticos e resignados diante da realidade como ela é: “na mocidade combatia, na maturidade

passou a sorrir com descrença”. Se é verdade para a maioria, não ousou dizer; mas de uma coisa estou certo: seguramente *não* é o meu caso.

Ao contrário. Sinto que o tempo acirrou em mim a revolta com as injustiças da vida brasileira e, principalmente, exacerbou a esperança e a fé radical em nosso futuro. Esse percurso, não o escrevi: foi se escrevendo em mim ao sabor das leituras e descobertas, conversas e vivências, decepções e encantamentos no decorrer dos anos. O Brasil, quero crer, está grávido: no limiar de um parto temporão de cidadania. “Extraviamos-nos a tal ponto que devemos estar no bom caminho.” Os ensaios reunidos em *O elogio do vira-lata* contam essa história.

PRIMEIRA PARTE
ENREDOS BRASILEIROS

1. O elogio do vira-lata

Pensar mal amiúde significa tornar mau. Na vida das nações não menos que na dos indivíduos, os primeiros momentos de uma trajetória imprimem ao que está nascendo traços de teimosa permanência. O “complexo de vira-latas” — a imagem depreciativa que nós, brasileiros, fazemos de nós mesmos e o nosso renitente narcisismo às avessas — é coetâneo do nascimento do Brasil. Os primeiros filhos de portugueses nascidos na Terra de Santa Cruz, quase todos frutos de relações fortuitas entre conquistadores e índias nativas ou escravas africanas importadas em maior número a partir de meados do século XVI, sentiam vergonha de ser quem eram.

Quem eram esses primeiros rebentos do caldeirão étnico brasileiro, filhos de ocupantes e ocupadas? A rigor, eles não se chamavam “brasileiros” ainda. Até por volta do final do século XVII e mesmo início do XVIII, o termo “brasileiro” não era empregado no sentido hoje corrente, ou seja, como expressão e afirmação de uma nacionalidade, mas tinha significados bem diversos. Os “brasileiros” eram aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil em nossas matas e, por extensão, era como se apelidavam os portugueses que, depois de “fazer a América” e amealhar fortuna, retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio. Os filhos de portugueses nascidos do lado de cá do Atlântico — todos, quase por definição, mestiços — eram chamados “mazombos”.¹

1. Sobre o uso dos termos “mazombo” e “brasileiro” no Brasil Colônia, ver Paulo Prado, *Retrato*

A língua fala. Já a etimologia de “mazombo”, termo oriundo do quimbundo angolano, diz muito: “grosseiro, atrasado, bruto, iletrado”. Sentindo-se um exilado em sua própria terra, olhos sonhadores voltados para o imaginado esplendor da vida na metrópole, o mazombo litorâneo tem como uma de suas principais ambições de vida justamente *deixar de sê-lo*: tornar-se um cidadão de primeira, um português de quatro costados, de modo a afastar de si a pecha de mazombo — idealmente, por meio de uma temporada de estudos em Coimbra (privilégio de poucos) coroada por uma carreira no clero, magistratura ou burocracia estatal lusa (se a condição de origem, é claro, e a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem).

O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. Alheio a qualquer propósito coletivo e afeito aos acasos do ganho fácil e rápido e da aventura erótica — “desmandos da cobiça e da luxúria” —, o universo mazombo foi bem apanhado pelo epigrama do poeta barroco baiano Gregório de Matos, ele mesmo filho de senhor de engenho e graduado em Coimbra antes de regressar a Salvador, em 1681, após malograda carreira jurídica em Lisboa: “De dois *efes* se compõe esta cidade, a meu ver: um furta, outro foder”.² No mais, a indiferença e o desgosto de si — o sonho azedo, fadado à desdita, de *não estar onde está* e de *ser quem não é*. A forte conotação pejorativa de “mazombo”, que no português corrente guarda ainda o sentido figurado de “sorumbático, taciturno, mal-humorado”, é sugestiva da subjetividade dilacerada, pontuada por rompantes, arroubos e fogachos, característica dos primórdios de certa disposição da alma brasileira.

No devido tempo, é claro, muita coisa mudou. Os mazombos deixaram de sê-lo, pelo menos em nome, para se fazerem brasileiros ao lado de índios, negros

do Brasil (org. Carlos Augusto Calil, São Paulo, 1997), pp. 145-8; Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros* (Porto Alegre, 1955), pp. 144-7; e Stuart B. Schwartz, “Gente da terra braziliense da nação”, em *Viagem incompleta: a experiência brasileira* (org. Carlos Guilherme Mota, São Paulo, 2009), p. 111.

2. Gregório de Matos, *Poemas escolhidos* (ed. José Miguel Wisnik, São Paulo, 2010), p. 102. O contexto do mote é analisado por Jorge Caldeira, *História da riqueza no Brasil* (Rio de Janeiro, 2017), pp. 129-32.

e cafuzos natos. Portugal perdeu o posto de meca dos exilados em sua própria terra, mas o déficit de pertencimento não nos abandonou — longe disso.

Expressão acabada dessa postura, entre tantas, é o desabafo do bacharel Paulo Maciel no romance *Canaã* de Graça Aranha, grande best-seller do início do século xx. O seu maior anseio era livrar-se das mazelas brasileiras de uma vez por todas, deixar tudo para trás, e emigrar com a família rumo a uma existência digna e civilizada: “O meu desejo é largar tudo isso, expatriar-me, abandonar o país, e com os meus ir viver tranquilo num canto da Europa... A Europa... A Europa!”³ Embora o objeto preferencial do suspiro se renove com o tempo — ontem Paris, Roma, Londres, hoje Nova York, Orlando, Miami —, o impulso parece ser essencialmente o mesmo. *Ubi bene, ibi patria*: onde se está bem, aí é a pátria.

*

Despeito e soberba. O sentimento de inferioridade em face do estrangeiro acoplado à crença sincera de que se é, pessoalmente, uma exceção, e que a culpa pelos nossos males é sempre dos outros (pois, no seu próprio caso, a pessoa em nada se percebe como culpada ou responsável pelo que aí está), seguramente não abrange a totalidade da figura do Brasil na imaginação brasileira. Mas ela nos acompanha, com graus variáveis de santimônia e vigor, desde que o Brasil é Brasil. Momento privilegiado desse tópos foi a ressaca cívica que se seguiu à Lei Áurea e à proclamação da República em 1889. Nossa cronicamente frágil autoestima pagou caro a ambição de suas esperanças.

Duraram pouco os ardores civilistas e a quimera positivista de “ordem e progresso” da alvorada republicana. O imbróglio político-institucional que resultou na conturbada ditadura do marechal Floriano; o desatino creditício

3. Graça Aranha, *Canaã* (Rio de Janeiro, 2013), p. 231, apud Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros*, op. cit., p. 327. Refletindo sobre sua relação com o Brasil, Joaquim Nabuco observou: “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno e Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do Louvre”, *Minha formação* (Rio de Janeiro, 1999), p. 49.

do encilhamento seguido do colapso generalizado dos negócios (“finanças das finanças, são tudo finanças”, ironizou Machado de Assis em crônica de 1892);⁴ o massacre de Canudos; o absurdo descaso e degradação em que passaram a ter de viver os ex-escravos, criminosamente abandonados à própria sorte depois de séculos da mais terrível e cruel opressão; o tremendo fosso econômico que viera se abrindo desde meados do século XIX — e continuava a crescer a olhos vistos — entre um Brasil rural e jeca-tatu, de um lado, e a pujante locomotiva industrial estadunidense, de outro; enfim, toda essa conjunção de reveses e dissabores (sem falar, é claro, no surto de corrupção da jovem República, o regime que, no dizer de Lima Barreto, “trouxe à tona dos poderes públicos a borra do Brasil”)⁵ feria a autoestima da nacionalidade e cobrava, se não respostas, ao menos racionalizações.

Por que o Brasil “ficou para trás”? Por que a renda média por habitante dos norte-americanos praticamente quadruplicou em 91 anos, entre 1822 e 1913, ao passo que a brasileira ficou estagnada, enquanto a malha ferroviária na ex-colônia inglesa era vinte vezes maior que a nossa na entrada do século XX?⁶ Dos grandes enigmas da economia pode-se dizer, sem muito exagero, que cada um admite três explicações verdadeiras e uma falsa (duas das quais são de Keynes). Aos olhos de Joaquim Murтинho, contudo, as causas do nosso atraso econômico em face do colosso ianque resumiam-se a uma só — o povo brasileiro.

No relatório de 1897 que o alçou, no ano seguinte, ao posto de ministro da Fazenda do governo Campos Sales, Murтинho pontificou: “Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para o nosso desenvolvimento industrial porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o principal papel no progresso

4. Machado de Assis, *A semana*, em *Obras completas* (ed. Mário de Alencar, São Paulo, 1959), p. 142 (crônica publicada em 9 de outubro de 1892).

5. Lima Barreto, apud Lilia Moritz Schwarcz, *Lima Barreto* (São Paulo, 2017), p. 241; ver também Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, op. cit., p. 202.

6. A fonte das estatísticas é Nathaniel H. Leff, “Economic development in Brazil, 1822-1913”, em *How Latin America fell behind* (ed. Stephen Haber, Stanford, 1997), p. 34 e p. 45.

industrial deste país”⁷. O retardo civilizatório e material do Brasil, portanto, segundo a tese abraçada por inúmeros bacharéis em direito e beletristas da nossa belle époque, era uma decorrência da degeneração genética e moral produzida pela miscigenação racial. Um crônico mazombismo.

Haveria saída? Alguns intelectuais da época, como Oliveira Viana e Silvio Romero, criam que sim: a “esperança” seria o progressivo branqueamento ou arianização dos brasileiros por efeito da própria continuidade no tempo dos cruzamentos interétnicos — uma tese calcada na peculiar ideia de que a mestiçagem, invariavelmente, *branqueia*. O “problema”, portanto, não era insolúvel, mas se resolveria por si mesmo.⁸ Outros, porém, não viam saída alguma: a miscigenação era um mal sem remédio.

Para os adeptos do determinismo racial do biólogo suíço Jean Louis Agassiz, radicado nos Estados Unidos e criador do Museu de Zoologia Comparada de Harvard, a experiência brasileira era conclusiva. “Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças”, desafiou ele, “e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.” A relação sexual interétnica, advertia, longe de representar uma “saída”, era “um pecado contra a natureza”, análogo ao incesto.⁹ Não foi à toa, portanto, que um diplomata da envergadura do barão do Rio Branco, ao

7. Joaquim Murтинho, “Introdução ao relatório do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas”, em *Ideias econômicas de Joaquim Murтинho* (org. Nícia Villela Luz, Rio de Janeiro, 1930), p. 148. Médico de Deodoro da Fonseca e amigo de Floriano Peixoto, Murтинho escreveu o relatório quando era ministro da Indústria no governo interino do vice-presidente Manuel Vitorino; a leitura do relatório por Campos Sales motivou o convite para assumir a pasta da Fazenda (ver Heitor Ferreira Lima, *História do pensamento econômico no Brasil*, São Paulo, 1978, pp. 136-9).

8. Sobre a origem e defesa da tese da arianização no Brasil no início do século xx, ver Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças* (São Paulo, 1993); e Antonio Risério, *A utopia brasileira e os movimentos negros* (São Paulo, 2012), pp. 39-56.

9. Sobre o contexto e as ideias de Agassiz, ver Stephen Jay Gould, *The mismeasure of man*

assumir o Ministério das Relações Exteriores em 1902, determinou a exclusão de negros e mulatos do Itamaraty a fim de que os estrangeiros não nos julgassem um país de mestiços.¹⁰

Se os jesuítas portugueses do Brasil Colônia deploraram a dificuldade de converter os povos indígenas à fé cristã — “a gente destas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo”, no dizer do padre Antônio Vieira¹¹ —, a elite ilustrada da Velha República não ficava atrás. Em discurso pronunciado em 1919, por ocasião de sua campanha civilista à Presidência da República, Rui Barbosa não mediu palavras ao retratar o modo como o establishment político concebia a nação. Nossos governantes, vociferou, consideram o Brasil “um país de resignação ilimitada e terna indiferença [...] uma terra povoada por uma ralé semianimal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos e gerados para a obediência [...] uma raça cujo cérebro ainda não se sabe se é de banana, ou de mamão, para se empapar de tudo que lhe imputam; uma raça cujo coração ainda não se sabe se é de cortiça, ou de borracha, para não guardar moça de nada que o contunda”.¹² O autor da *Oração aos moços* e ex-ministro da Fazenda do governo Deodoro, é de presumir, conhecia de perto os seus pares. Ele sabia do que estava falando.

O curioso, não obstante, é que o mesmo Rui Barbosa do lancinante discurso não perdia a chance de lamentar o fato de que o Brasil, afinal, fosse... o Brasil, e não o país estrangeiro de sua predileção. “Se à maneira do escultor, que modela entre as mãos o barro plástico, eu pudesse afeiçoar a meu gosto o

(Harmondsworth, 1987), pp. 42-50; e Lilia Moritz Schwarcz, “Complexo de Zé Carioca”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1995, p. 53.

10. Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros*, op. cit., p. 327; ver também Rubens Ricupero, *Rio Branco* (Rio de Janeiro, 2000), p. 63, e o protesto de Lima Barreto contra a política de invisibilidade em relação aos afro-brasileiros: “Dizer um viajante que vira pretos, perguntar uma senhora num *hall* de hotel se os brasileiros eram pretos, dizer que o Brasil tinha uma grande população de cor, eram causas para zangas fortes e tirar o sono a estadistas aclamados”, citado em Lilia Moritz Schwarcz, *Lima Barreto*, op. cit., p. 247.

11. Antônio Vieira, “Sermão do Espírito Santo”, em *Sermões* (org. Alcir Pécora, São Paulo, 2001), p. 422.

12. “A questão social e política no Brasil” (discurso proferido em 20 de março de 1919).

meu país”, declarou ele, em outro contexto, endossando com enfática aprovação as palavras de um político francês, “faria dele não uma América, mas uma Inglaterra.” Mas como fazer do barro arredio a refinada escultura? O tom resignado da resposta trai o desalento do autor-escultor-de-nações baiano. “Mas devo acrescentar”, ele adverte, “que de certas nações não me parece menos difícil extrair Inglaterras do que Américas.”¹³ Ah... Westminster! Ah... Trafalgar Square! Ah... Oxford Street!

*

O universo da casa difere do universo da rua, mas em ambos reverberam as variações de uma mesma partitura afetiva e cultural. Vivo e ostensivo na vida pública, o “complexo de vira-latas” não se revela menos atuante na esfera privada.

Da hipersensibilidade ao olhar e mídia estrangeiros à preferência pelos artigos de consumo importados só porque o são; da aura espontânea de que se revestem os artistas, escritores, pensadores e cientistas “lá de fora”, sem importar os méritos (ou a falta deles), aos modismos intelectuais e estéticos que nos assolam e logo evaporam com a regularidade das estações (inexistentes, aliás, por aqui); da timidez de subdesenvolvido que não raro nos assalta na presença dos que encarnam a “verdadeira civilização” à “vontade fela da puta de ser americano”¹⁴ dos que vivem aqui muito longe daqui, o narcisismo às avessas de uma menos-valia nacional permeia de fio a pavio as nossas relações e vivências cotidianas.

O delicioso conto “Miss Edith e seu tio” de Lima Barreto, publicado em 1914, traz aspectos relevantes da micropsicologia do complexo de vira-latas nos meandros da vida privada.¹⁵ O palco da trama é a Pensão Familiar Boa

13. Rui Barbosa, *Cartas da Inglaterra* (1896), em *Obras completas* (Rio de Janeiro, 1946), v. 23, p. 11.

14. Verso da canção “Rock ‘n’ Raul” de Caetano Veloso.

15. Lima Barreto, “Miss Edith e seu tio”, em *Contos reunidos* (org. Francisco de Assis Barbosa e Antônio Houaiss, Rio de Janeiro, 1990), pp. 166-77; ver também Lilia Moritz Schwarcz, *Lima Barreto*, op. cit., pp. 265-8.

Vista, situada na praia carioca do Flamengo e dirigida com zelo pela viúva Mme. Barbosa. O seu braço direito na pensão era a preta Angélica, uma infatigável faz-tudo que muito nova se juntara à sua “sinhá” mas que, depois de tantos anos na família, partilhando os altos e baixos da casa, “sempre alegre, sempre agradecida”, deixara de se julgar criada, o que de fato era, para se tornar “parenta pobre”.

Certo dia, toca a campainha da pensão. E, como Angélica, ocupada com a faxina no andar de cima, não escuta o chamado, Mme. Barbosa vai abrir a porta. Era um casal de aparência estrangeira à procura de acomodação. Ao ouvir o sotaque carregado do senhor à sua frente — “Mim quer quarto” —, a dona da pensão se dá conta de que são ingleses e se enche de alegria, tanto pela “distinção social de tais hóspedes” como pela perspectiva de uma boa renda em moeda forte. Oferece a eles o melhor quarto de casal da pensão, mas o britânico logo esclarece que estava com a sobrinha e, portanto, precisavam de dois quartos separados, no que é prontamente atendido.

Feito o acerto (Mme. Barbosa fica “tão comovida e honrada” com “tão soberbos hóspedes” que nem se lembra de lhes falar em preço ou fiança), tio e sobrinha topam casualmente com Angélica, carregada de baldes, no patamar da escada. O impacto do primeiro contato é imediato. Inebriada com a visão dos novos hóspedes, “a preta olhou-os demorada e fixamente [...] e parou extática, como em face de uma visão radiante”. Angélica viu “naqueles cabelos louros, naqueles olhos azuis, de um azul tão doce e imaterial, santos, gênios, alguma coisa de oratório, de igreja, da mitologia de suas crenças híbridas e ainda selvagens”.

Quando, na manhã seguinte, *mister* e *miss* afinal desceram dos quartos para o almoço, Mme. Barbosa havia lhes reservado a melhor mesa da sala de refeições. Altivos, eles adentraram o recinto “sem descansar os olhos sobre ninguém e cumprimentaram [os demais hóspedes] entre os dentes”. Enquanto tio e sobrinha comiam calados, “lendo cada um para o seu lado”, os outros comensais baixaram o tom das conversas e, por fim, quedaram também silenciosos, “como se de todos se tivesse apossado a emoção que a presença dos ingleses trouxera ao débil e infantil espírito da preta Angélica”. Quase sem se dar conta, eles acharam na dupla “não sei o quê de superior, de superterrestre, deslumbraram-se e encheram-se de um respeito religioso diante daquelas

banalíssimas criaturas nascidas numa ilha da Europa Ocidental”. Embora Edith e o tio não ocultassem o seu descaso e não dessem atenção a ninguém na pensão, jamais se dignando a dirigir-lhes palavra, todos os hóspedes e serviços “suportavam aquele desprezo como justo e digno de entes tão superiores”.

Coube a Angélica decifrar a esfinge. Habituada a servir, por especial deferência, o chocolate de Edith no quarto dela todas as manhãs, sempre cuidando para não lhe interromper o sono, um belo dia ela não encontrou a jovem inglesa no aposento. Procurou no banheiro, mas nada. Onde estaria? Angélica, que àquela altura nutria pela moça uma veneração de “feição intensamente religiosa”, pôs-se a devanear. “Farejou um milagre, uma ascensão aos céus, por entre nuvens douradas; e a *miss* bem o merecia”, emendou, “com seu rosto tão puramente oval e aqueles olhos de céu sem nuvens.”

Mas não era exatamente o caso. Ao sair do aposento, Angélica pilhou a jovem justamente no instante em que saía do quarto do tio, vizinho ao seu, em trajes de dormir. Estarrecida diante da súbita aparição, a criada por pouco não derrubou a bandeja. Observou o seu anjo caído retornar ao quarto e, enquanto se recompunha do abalo, murmurou entre os dentes: “*Que pouca-vergonha!* Vá a gente fiar-se nesses estrangeiros... Eles são como nós...” E voltou à humilde rotina dos quartos.

O retrato agudo de Lima Barreto permite uma radiografia da menos-valia nacional. No microcosmo da pensão, a relação que se estabelece a partir da chegada dos hóspedes ingleses é a *subalternidade*. Espontaneamente, sem que nada os incite ou force a tanto, todos se prostram diante deles. Edith e seu tio são pouco mais que uma página em branco: exceto pela aparência física, pelo forte sotaque e por certa postura de orgulhosa altivez, ninguém ali sabe nada sobre os dois. Mas a simples presença deles no ambiente tem o condão de instituir um campo de forças marcado por acentuada assimetria. Como que por feitiço, instaura-se uma hierarquia em que o lado inferior rende crédito, deferência e vassalagem afetiva aos “entes superiores”. Ninguém foi forçado ou constrangido a nada. Tudo se passa como se essa fosse a ordem natural das coisas.

A construção da subalternidade parece obedecer a dois mecanismos psicológicos que se reforçam mutuamente: um que olha e atua *de dentro para fora*; e outro que olha e atua *de fora para dentro*.

De um lado, a *projeção*: sentindo-se racial, social e culturalmente inferiores, os moradores da pensão embarcam em profusa e desenfreada idealização do estrangeiro. Projetam nele todos os valores e atributos — morais, estéticos, sociais, místicos, culturais e de personalidade — dos quais se percebem em grande medida privados por serem quem são e viverem onde vivem. Independentemente do que de fato sejam — e o desfecho do conto desnuda implacavelmente aos olhos de Angélica o santo do pau oco do ideal projetado —, os ingleses encarnam, quase por definição, os valores de uma humanidade nobre e de um mais alto padrão de civilização. Os moradores da Boa Vista, “como todos nós” (é o que diz Lima Barreto), os fizemos assim.

E, de fora para dentro, a *introjeção*. O estrangeiro não é somente tudo aquilo que eu não sou naquilo em que deixo a desejar, mas ele também me olha e me julga pelo que sou, ou seja, pelo que ele avalia quando me vê e, pior, pelo que eu, perto dele, *me sinto ser*: alguém racial, social e culturalmente inferior. Ele me percebe e me estima segundo a sua métrica valorativa; métrica, contudo, que foi por mim introjetada e se tornou também a minha.

Daí que ele não me considere ou trate como um igual, mas, soberbo, se relacione comigo como com alguém situado alguns degraus abaixo dele nos quesitos definidores da estatura humana; assim como eu, de minha parte, ao medir-me com ele pela escala que ele define, descubro-me ser o que ele vê em mim, ou seja, uma pessoa atrasada, tacanha, diminuída.

O que disse Walt Whitman (com boa dose de pensamento desejoso) do norte-americano comum — “o ar que eles possuem de pessoas que nunca souberam como é sentir-se em presença de superiores”¹⁶ —, pode-se dizer dos moradores da Boa Vista, invertendo os sinais: a simples presença dos ingleses na pensão faz com que se sintam inferiores.

Na construção da subalternidade, o subalterno projeta no outro os dotes

16. Walt Whitman, “Preface, 1855”, em *The complete poems* (ed. Francis Murphy, Londres, 1996), p. 742. Claramente, Whitman exclui os não brancos dessa afirmação. Assim como Abraham Lincoln, ele era abolicionista mas acreditava na inferioridade racial dos negros, posicionando-se contra o direito de voto aos ex-escravos (ver Justin Kaplan, *Walt Whitman* (Nova York, 1980), p. 132 e p. 292).

e virtudes dos quais se percebe deficitário. É a idealização. Ao mesmo tempo, contudo, na direção contrária, *ele se vê como é visto* (ou imagina sê-lo, o que dá na mesma): ele se mira e se mede pelo olhar do outro, e faz isso de acordo com a métrica ou escala de valores cujo portador por excelência é o civilizado. E, desse modo, cimenta em definitivo a sua inferioridade. A introjeção dos valores e preconceitos pelos quais ele é (ou se supõe) medido o torna cúmplice do desprezo com que é tratado. A volta é o arremate da ida — “sempre dentro de mim meu inimigo”.¹⁷

*

O nome não é a coisa. Nomear é prerrogativa humana, mas as coisas não carecem de nomes para existir. O continente americano, por exemplo, mesmo após a chegada dos primeiros europeus, precisou esperar algum tempo para receber o nome pelo qual é conhecido. Foi somente em 1507, um ano depois da morte de Colombo, que o monge e cartógrafo alemão Martin Waldseemüller propôs batizar de América as terras recém-descobertas, em homenagem a Américo Vespúcio, o primeiro navegador a demonstrar que elas não eram o ocidente da Ásia, como supôs Colombo, mas um continente à parte. (Quando Waldseemüller, seis anos mais tarde, mudou de ideia e tentou rebatizar o Novo Mundo, agora em tributo a Colombo, de quem Vespúcio era auxiliar, a investida não vingou — o erro de atribuição tornara-se irreversível.)¹⁸

O “complexo de vira-latas” não foi diferente. Embora ele tenha nos acompanhado como verdadeira marca de nascença desde a pré-história da nacionalidade, foi somente em 1958 que Nelson Rodrigues, o dramaturgo e cronista recifense radicado no Rio de Janeiro, ousou criar um nome de batismo apto a designar esse traço marcante da alma brasileira.

O palco do lampejo foi a Copa do Mundo de 1958. Em duas crônicas de extraordinária repercussão publicadas no semanário *Manchete Esportiva*, uma

17. Verso do poema “O enterrado vivo” de Carlos Drummond de Andrade.

18. Joaquim Falcão, “*Mundus novus*: por um novo direito autoral”, *Revista FGV Direito*, 1:2, 2005, pp. 229-46.